



A GEOGRAFIA URBANA E OS DESAFIO DO MEIO AMBIENTE NA CIDADE DE SÃO BENTO-MARANHÃO.

João Leonardo Carvalho Araujo Sousa¹

(Graduando, Universidade Estadual do Maranhão, 98 98985880496,

Joaocarvalholeonardo@gmail.com)

Quezia Borralho Sousa²

(Graduando, Universidade Estadual do Maranhão, 98985678954, keziaborralho@gmail.com)

Thalison Mateus Valentin Santos³

(Graduando, Universidade Estadual do Maranhão, 98982099860, thalisonvalen@gmail.com)

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre a Geografia Urbana e os desafios ambientais enfrentados pela cidade de São Bento, no Maranhão. A partir de uma abordagem qualitativa, foram investigados os impactos da expansão urbana desordenada, a ocupação irregular de áreas sensíveis e a precariedade da infraestrutura básica. Os resultados indicam que a falta de planejamento territorial e políticas públicas eficazes contribui para a degradação ambiental e a vulnerabilidade da população local. A pesquisa destaca a importância da participação social, do ordenamento territorial sustentável e da integração entre diferentes atores para promover a justiça ambiental e o desenvolvimento urbano equilibrado. Por fim, ressalta-se o papel da Geografia Urbana como ferramenta essencial para compreender e enfrentar esses desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Urbana; Expansão Urbana; Meio Ambiente; São Bento.

GT01: Estudos Urbanos

1 INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada tem gerado impactos profundos nas dinâmicas ambientais das cidades, especialmente em municípios de pequeno e médio porte situados em regiões historicamente vulneráveis. A cidade de São Bento, localizada no estado do Maranhão, apresenta um cenário típico dos desafios enfrentados por centros urbanos em expansão: crescimento desordenado, pressão sobre os recursos naturais, ocupação inadequada do solo e ausência de políticas públicas eficazes voltadas à sustentabilidade. Nesse contexto, a Geografia Urbana se mostra uma ferramenta fundamental para compreender as transformações espaciais e os conflitos socioambientais emergentes. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios ambientais enfrentados por São Bento, relacionando-os aos processos urbanos locais e discutindo possíveis caminhos para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

O processo de urbanização em São Bento reflete um padrão comum nas cidades brasileiras de pequeno porte, onde a expansão urbana ocorre de maneira desorganizada e sem planejamento adequado. A ausência de diretrizes eficazes para o uso e ocupação do solo tem

resultado na ocupação de áreas ambientalmente sensíveis, como margens de rios, manguezais e encostas. Esses espaços, quando utilizados de forma inadequada, contribuem para o aumento de problemas como alagamentos, erosão, degradação da vegetação nativa e poluição dos corpos d'água. Tais impactos ambientais não afetam apenas o meio físico, mas também a qualidade de vida da população, que passa a conviver com riscos sanitários e sociais agravados.

A Geografia Urbana permite interpretar essas transformações a partir da relação entre o espaço construído e os processos naturais. Em São Bento, percebe-se que a expansão da malha urbana não tem sido acompanhada por infraestrutura básica, como saneamento, coleta de lixo e drenagem urbana. Além disso, práticas culturais e econômicas locais, como a pesca e a agricultura de subsistência, também sofrem as consequências das alterações no meio ambiente. Nesse sentido, o papel da Geografia é essencial para identificar os padrões espaciais de desigualdade, apontar áreas de vulnerabilidade socioambiental e propor soluções baseadas no ordenamento territorial sustentável.

Outro fator relevante é a limitada atuação do poder público na implementação de políticas ambientais eficazes. A falta de fiscalização, de planejamento urbano integrado e de investimentos em educação ambiental contribui para a perpetuação dos problemas. Projetos habitacionais são implantados sem considerar o impacto ambiental, e a população, muitas vezes sem alternativas, ocupa áreas de risco. A participação comunitária na construção de soluções também é escassa, o que dificulta a formação de uma consciência coletiva voltada para a preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais locais.

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar o modelo de crescimento urbano adotado em São Bento, com base em princípios de justiça ambiental e sustentabilidade. É necessário integrar saberes técnicos e populares, envolvendo universidades, instituições públicas e a sociedade civil na construção de políticas públicas mais sensíveis às questões ambientais. A análise geográfica crítica pode servir como base para o planejamento urbano consciente, capaz de minimizar os impactos ambientais e promover uma convivência mais equilibrada entre a cidade e a natureza.

Diante dos desafios ambientais enfrentados pela cidade de São Bento, este estudo tem como objetivo específico analisar os impactos gerados pela expansão urbana desordenada sobre o meio ambiente local, identificando os principais problemas socioambientais decorrentes desse processo. A proposta é compreender como a ocupação irregular do solo, a ausência de infraestrutura básica e a falta de políticas públicas eficazes contribuem para a degradação

ambiental. Além disso, busca-se refletir, a partir dos fundamentos da Geografia Urbana, sobre possíveis estratégias de planejamento territorial que promovam um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável, respeitando as características naturais e sociais do município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Geografia Urbana é uma área da Geografia Humana que estuda a organização do espaço urbano, suas dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e territoriais. Segundo Carlos (2001), a cidade deve ser entendida como uma construção histórica e social, resultado das relações de produção e das formas de apropriação do espaço. Essa abordagem permite compreender os impactos gerados pelo processo de urbanização, especialmente quando este ocorre de maneira desordenada, sem planejamento ou infraestrutura adequada.

No contexto da urbanização brasileira, autores como Santos (1996) destacam que o crescimento urbano acelerado tem resultado em graves desigualdades socioespaciais e na intensificação da degradação ambiental. A expansão urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como encostas, margens de rios e manguezais, compromete o equilíbrio dos ecossistemas e aumenta a vulnerabilidade das populações. Em cidades pequenas como São Bento, esses impactos tornam-se ainda mais evidentes, devido à fragilidade institucional e à escassez de políticas públicas voltadas à sustentabilidade urbana.

A relação entre cidade e meio ambiente tem sido amplamente discutida na literatura geográfica, especialmente a partir da década de 1990, quando emergem os conceitos de desenvolvimento sustentável e justiça ambiental. De acordo com Acelrad (2004), a justiça ambiental envolve o direito de todos os cidadãos a um ambiente saudável, o que implica em uma gestão participativa do território e na distribuição equitativa dos riscos ambientais. No caso de São Bento, onde parte da população vive em áreas de risco ou com infraestrutura precária, a aplicação desse conceito é essencial para compreender os desafios locais.

Além disso, o planejamento urbano sustentável é apontado como uma estratégia fundamental para a redução dos impactos ambientais nas cidades. Segundo Villaça (2001), é necessário articular conhecimento técnico, políticas públicas e participação social para garantir um ordenamento territorial mais justo e eficiente. A Geografia Urbana, nesse sentido, oferece ferramentas teóricas e metodológicas para diagnosticar os problemas ambientais e propor soluções que respeitem as particularidades socioespaciais de cada localidade, como é o caso da

cidade de São Bento, inserida em um contexto amazônico e costeiro que exige atenção especial à preservação dos recursos naturais.

A compreensão da dinâmica urbana também passa pelo reconhecimento das desigualdades socioespaciais que marcam as cidades brasileiras. De acordo com Corrêa (1995), a estrutura das cidades é moldada por interesses econômicos que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros, resultando em periferizações, ocupações irregulares e precarização da infraestrutura urbana. Essa lógica se manifesta em São Bento na medida em que o crescimento populacional e a pressão por moradia levam à ocupação de áreas ambientalmente frágeis, muitas vezes sem o devido suporte do Estado.

Outro aspecto relevante diz respeito à gestão dos recursos hídricos e à proteção dos ecossistemas locais. São Bento, inserida em uma região de forte influência de manguezais e rios, exige atenção especial ao uso racional da água e à preservação das áreas de preservação permanente (APPs). Para Becker (2004), a sustentabilidade urbana em territórios amazônicos e costeiros só é possível quando se considera a interdependência entre sociedade e natureza, com políticas públicas integradas que respeitem os limites ecológicos. A ausência de planejamento adequado pode comprometer não apenas o ambiente natural, mas também as atividades econômicas tradicionais da região, como a pesca e a agricultura.

Além disso, a participação popular nas decisões urbanas é fundamental para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Segundo Lefebvre (2001), o direito à cidade envolve o acesso democrático ao espaço urbano, permitindo que os cidadãos participem ativamente do planejamento e da gestão do território. Em contextos como o de São Bento, onde há pouca inserção da comunidade nos processos decisórios, torna-se urgente fomentar espaços de diálogo entre poder público, técnicos e moradores, garantindo que as soluções ambientais estejam alinhadas com as necessidades locais.

3 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e interpretativo, buscando compreender as relações entre o crescimento urbano e os impactos ambientais no município de São Bento, estado do Maranhão. A metodologia qualitativa foi escolhida por permitir uma análise aprofundada das dinâmicas socioespaciais e

dos processos de ocupação do solo urbano, considerando a complexidade das relações entre sociedade e meio ambiente em contextos locais.

Para a coleta de dados, foi realizada uma revisão bibliográfica com base em autores clássicos e contemporâneos da Geografia Urbana e da temática ambiental, como Milton Santos, Henri Acselrad, Bertha Becker e Henri Lefebvre. Também foram consultados artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais sobre o município de São Bento, bem como legislações urbanísticas e ambientais vigentes. Essa base teórica e documental serviu de suporte para a análise crítica da realidade urbana e ambiental local.

Além disso, utilizou-se a análise de imagens de satélite e mapas temáticos disponíveis em plataformas como Google Earth e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a fim de observar a expansão da malha urbana e a ocupação de áreas de risco ou de preservação ambiental. Foram observadas, especialmente, as áreas próximas a rios, manguezais e zonas periféricas do município, onde a vulnerabilidade ambiental é mais evidente. Essa análise espacial contribuiu para identificar padrões de ocupação e possíveis impactos ambientais decorrentes do crescimento urbano desordenado.

Por fim, foram consultadas fontes de dados secundários, como o Plano Diretor Municipal (quando disponível), relatórios da prefeitura, registros de órgãos ambientais e notícias locais que abordam questões ambientais e urbanas em São Bento. A combinação desses instrumentos permitiu traçar um diagnóstico preliminar da situação socioambiental do município, apontando os principais desafios e possíveis caminhos para uma gestão urbana mais sustentável e participativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise espacial do município de São Bento, realizada por meio de imagens de satélite e consulta a dados do IBGE, evidenciou uma expansão urbana significativa nas últimas duas décadas, sobretudo em áreas periféricas e de baixa elevação próximas a rios e manguezais. Essa expansão tem ocorrido de forma desordenada, sem o acompanhamento de infraestrutura básica adequada, como saneamento, drenagem e gestão de resíduos. A ocupação de áreas ambientalmente sensíveis revela um padrão urbano que ignora os limites ecológicos,

comprometendo não apenas o equilíbrio ambiental, mas também a qualidade de vida da população.

Foi possível observar, por meio das imagens analisadas, que a ocupação de margens de rios como o Rio Pericumã tem provocado desmatamento de vegetação ciliar e alteração na dinâmica natural dos cursos d'água. Essas práticas contribuem para o assoreamento dos rios, aumento da poluição e maior risco de enchentes. Esses impactos foram confirmados em relatos de moradores coletados em reportagens locais e registros de defesa civil, que apontam para alagamentos frequentes em determinados bairros da cidade.

Além disso, a inexistência de um Plano Diretor atualizado e implementado em São Bento tem dificultado a organização do território e a preservação de áreas prioritárias para conservação ambiental. A falta de instrumentos eficazes de planejamento urbano agrava a ocupação irregular do solo, dificultando o controle do crescimento urbano e a proteção de áreas de preservação permanente (APPs). Conforme aponta Corrêa (1995), a ausência de regulação espacial favorece a reprodução de desigualdades e a intensificação de riscos ambientais.

A precariedade no saneamento básico foi outro ponto crítico identificado. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) apontam que São Bento possui baixos índices de coleta e tratamento de esgoto, o que contribui diretamente para a contaminação de corpos d'água e do solo urbano. A gestão inadequada de resíduos sólidos também foi observada, com o descarte irregular de lixo em terrenos baldios e próximo a áreas naturais, o que representa riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Sob a perspectiva da Geografia Urbana, essas situações revelam a reprodução de um modelo de cidade fragmentada e excludente, onde os setores mais vulneráveis da população são os mais expostos aos impactos ambientais. Como afirma Milton Santos (1996), o espaço urbano é construído por práticas sociais desiguais, que refletem as contradições entre o desenvolvimento econômico e a justiça social. Em São Bento, essa contradição se expressa na convivência entre áreas centrais com maior infraestrutura e periferias desassistidas e ambientalmente vulneráveis.

Outro aspecto debatido refere-se à invisibilidade das práticas tradicionais e saberes locais na gestão do território. Em São Bento, atividades como a pesca artesanal e a agricultura

familiar são diretamente afetadas pela degradação ambiental, mas essas populações raramente são ouvidas nos processos de decisão. Lefebvre (2001) argumenta que o direito à cidade implica a participação ativa de todos os cidadãos na construção do espaço urbano. A ausência dessa participação em São Bento contribui para a fragilidade das políticas públicas e para a desconexão entre planejamento e realidade local.

É importante destacar que a atuação do poder público ainda é limitada em termos de políticas integradas de urbanismo e meio ambiente. A cidade carece de programas permanentes de educação ambiental, de requalificação de áreas degradadas e de incentivo à preservação dos ecossistemas locais. Becker (2004) enfatiza que a sustentabilidade em áreas costeiras e amazônicas requer ações intersetoriais e sensíveis às especificidades regionais, o que ainda é um desafio em municípios como São Bento.

Por fim, os resultados obtidos confirmam que os principais desafios ambientais enfrentados por São Bento são consequência direta da ausência de planejamento urbano eficaz, da ocupação irregular de áreas de risco e da falta de investimentos públicos em infraestrutura e educação ambiental. Superar esses desafios exige uma nova abordagem na gestão do território, que considere as particularidades socioambientais locais e promova a integração entre os diferentes atores sociais. A Geografia Urbana, com seu olhar crítico e interdisciplinar, oferece caminhos para compreender e transformar essas realidades de forma mais justa e sustentável.

5. CONCLUSÕES

A análise da dinâmica urbana de São Bento evidencia que os desafios ambientais enfrentados pela cidade estão diretamente relacionados à expansão urbana desordenada, à ausência de planejamento territorial eficaz e à fragilidade das políticas públicas voltadas ao meio ambiente. A ocupação de áreas ambientalmente sensíveis, a precariedade da infraestrutura urbana e a falta de participação popular no processo decisório reforçam um modelo de urbanização excludente e insustentável, que compromete tanto o equilíbrio ecológico quanto a qualidade de vida da população.

A Geografia Urbana, enquanto campo do conhecimento voltado para a compreensão das transformações espaciais e suas implicações sociais, revelou-se uma ferramenta essencial para interpretar esses processos em São Bento. Através dela, foi possível identificar os padrões de

desigualdade socioespacial, os impactos ambientais mais recorrentes e os pontos críticos que requerem atenção urgente do poder público e da sociedade civil.

A superação desses problemas exige uma abordagem integrada e participativa, que envolva a gestão ambiental, o planejamento urbano e a valorização dos saberes locais. A adoção de políticas sustentáveis, a elaboração e implementação de um Plano Diretor eficaz, bem como o fortalecimento da educação ambiental, são medidas fundamentais para reverter o quadro atual e promover uma convivência mais equilibrada entre cidade e natureza.

Além disso, é fundamental reconhecer que os desafios ambientais em São Bento não podem ser enfrentados de forma isolada, mas sim a partir de uma articulação entre diferentes esferas governamentais, instituições acadêmicas e movimentos sociais. A cooperação entre esses atores pode potencializar a elaboração de estratégias mais eficazes, promovendo o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental na cidade. A participação ativa da população local é crucial para garantir que as políticas públicas reflitam as reais necessidades e prioridades da comunidade.

Outro ponto relevante é a necessidade de investimento em tecnologias e práticas urbanas sustentáveis que minimizem os impactos ambientais, como sistemas adequados de saneamento, manejo dos resíduos sólidos, recuperação de áreas degradadas e a preservação das áreas verdes urbanas. Essas ações contribuem para a resiliência ambiental e social do município, ao mesmo tempo em que promovem a qualidade de vida dos seus habitantes.

Por fim, este estudo reforça a importância da Geografia Urbana como campo interdisciplinar para compreender as complexas relações entre sociedade, espaço e meio ambiente. A partir dessa compreensão, é possível apoiar a formulação de políticas públicas e práticas urbanas que respeitem o meio ambiente, valorizem a diversidade sociocultural e promovam a sustentabilidade urbana. Somente assim será possível garantir um futuro mais equilibrado e justo para São Bento e para outras cidades que enfrentam desafios similares.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 71–86, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2001.
-



XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte – EGEORN
Geografia Potiguar: Dinâmicas Territoriais e Desafios Contemporâneos
08 a 11 de outubro de 2025, UFRN – Campus Central, Natal - RN

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.
